

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.694.408 - RJ (2017/0089374-5)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
EMBARGANTE : **RADIO GLOBO SOCIEDADE ANONIMA**
ADVOGADOS : **JOSÉ PERDIZ DE JESUS - DF010011**
JOÃO CARLOS MIRANDA GARCIA DE SOUSA E OUTRO(S)
- RJ075342
RODRIGO NEIVA PINHEIRO - DF018251
EMBARGADO : **JOSE CLAUDIO MUNIZ PEREIRA BARBEDO**
ADVOGADO : **LÍGIA VALÉRIA BOMFIM SARAIVA E OUTRO(S) -**
RJ106045

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE PATERNIDADE E USO INDEVIDO DE OBRA AUTORAL. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO. PERDAS E DANOS. VIOLAÇÃO DO ART. 1022 DO CPC/15. OFENSA CONFIGURADA.

1. Ação declaratória de paternidade e uso indevido de obra autoral cumulada com pedido de retificação de registro e perdas e danos.
2. Há ofensa ao art. 1022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem deixa de se manifestar expressamente sobre questão suscitada nos autos e relevante para o julgamento da causa.
3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido.

DECISÃO

Chamo o feito a ordem e torno sem efeito a decisão que julgou prejudicado o presente recurso especial (e-STJ fls. 233/235).

Compulsando os autos, verifico que houve acórdão único para o julgamento dos agravos de instrumento interpostos pela Rádio Globo S/A e pela Globo Comunicação e Participações S/A. Opostos embargos de declaração por ambas as empresas, os mesmos foram julgados por acórdãos que deram origem ao REsp 1.677.782/RJ e a este recurso.

O julgamento do REsp 1.677.782/RJ somente declarou nulo o acórdão dos embargos de declaração opostos por GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES, assim passo a novo exame do recurso especial interposto por RÁDIO GLOBO SOCIEDADE ANÔNIMA, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

Ação: declaratória de paternidade e uso indevido de obra autoral cumulada com pedido de retificação de registro e perdas e danos ajuizada por JOSÉ CLÁUDIO MUNIZ PEREIRA BARBEDO em face de RÁDIO GLOBO SOCIEDADE ANÔNIMA, GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A e do espólio de EDMO ZARIFE.

Decisão interlocutória: afastou a preliminar de prescrição sob o fundamento de que o prazo trienal refere-se ao requerimento de indenização pela violação dos direitos autorais, mas a ação trata de reconhecimento de autoria da obra descrita na inicial.

Acórdão: negou provimento ao agravo de instrumento interposto pela recorrente, nos termos da seguinte ementa:

"DIREITO AUTORAL. REIVINDICAÇÃO DE PATERNIDADE DE PROPRIEDADE INTELECTUAL. OBRA CARACTERIZADA PELA VINHETA BRASIL-IL-IL-IL". DECISÃO AGRAVADA QUE NÃO ACOLHEU A PRESCRIÇÃO. DIREITO MORAL DO AUTOR. IMPRESCRITIBILIDADE.

- Os chamados direitos Autorais se configuram como direitos que o indivíduo possui sobre sua criação ideológica, perfazendo o direito patrimonial e o direito moral que detém ante a sua obra. Desta forma, os direitos autorais são direitos presentes em todas as áreas de criação da sociedade – artísticas, culturais, científicas e industriais.

- A Lei Maior traz no caput do artigo 5º os chamados direitos individuais invioláveis nos termos dos incisos que dele se seguem. O direito à propriedade é dito como uma garantia ornada de inviolabilidade, tendo em vista que a propriedade é ligada à própria dignidade da pessoa humana, esta eivada de proteção pétrea.

- A principal diferença entre os direitos patrimoniais e direitos morais está na possibilidade do criador da obra dispor livremente dos direitos patrimoniais (face econômica da obra ou criação), enquanto que os direitos morais permanecem investidos, tão-só e permanentemente, na pessoa do criador.

- O objetivo da lei de proteção do direito de autor no Brasil, que segue o modelo francês: "Droit d'auteur", tem como foco principal a proteção da figura do autor, e não da obra intelectual. Desta forma, os chamados direitos morais do autor seriam reconhecidos como direitos da personalidade. Nestes moldes, estes direitos seriam personalíssimos, inalienáveis, irrenunciáveis, impenhoráveis e absolutos, surgidos no momento da criação da obra e não tendo qualquer relação econômica ou pecuniária a eles atrelada.

- In casu, o direito a reinvidicar a paternidade de obra caracterizada pela “VINHETA BRASIL-IL-IL-IL”, se refere ao direito moral do autor cujas características fundamentais são: natureza de personalidade, perpetuidade, inalienabilidade, imprescritibilidade, não sendo admitido a supressão de tais direitos fundamentais. Portanto, não há que se falar em conhecimento da prejudicial de prescrição.

- Ademais, é relevante pontuar que o direito moral do autor de obra artística/intelectual é atributo do próprio e somente ele poderá determinar seu destino e uso, conforme extrai dos artigos 24, 27 e 28 da Lei 9.610/98. Ou seja, a obrigatoriedade de autorização de uso ou transferência, e a delimitação das condições de uso, não se extinguem pelo decurso do tempo e não podem ser atingidas pela prescritibilidade, em especial nas ações de paternidade e nas ações que protegem os direitos da personalidade como por exemplo, o direito à vida, à honra, à liberdade, as obras artísticas, literárias e etc.

NEGADO PROVIMENTO A AMBOS OS RECURSOS." (e-STJ fls. 33/42)

Embargos de Declaração: opostos por RÁDIO GLOBO SOCIEDADE ANÔNIMA, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 1.022, I e II do CPC/15; 24, 27 e 28 da Lei 9.610/98; 178, §10, VII, do CC/16; 131 da Lei 5.988/79 e 206, § 3º, V, do CC/02. Além de negativa de prestação jurisdicional, assevera que o autor pretende a obtenção de direitos patrimoniais com o reconhecimento do direito autoral, pelo que deveria ser reconhecida a prescrição do fundo do direito. Alternativamente, argumenta que, pelo menos quanto aos pedidos indenizatórios, a prescrição deve ser reconhecida.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Da negativa de prestação jurisdicional (violação do art. 1022, I e II do CPC/15)

As razões recursais tecidas acerca da suposta omissão e contradição do TJ/RJ residem no argumento de que, apesar de instado a se manifestar por meio de embargos declaratórios, o órgão jurisdicional quedou-se silente quanto aos argumentos de que *i)* "mesmo que a prescrição total não fosse reconhecida, ao menos haveria prescrição parcial, que atingiria qualquer utilização da vinheta objeto da lide ocorrida mais de 3 anos do

ajuizamento da ação, sendo aplicável ao caso em tela a regra do artigo 206, §3º, V, do vigente Código Civil" (e-STJ fl. 67); e *ii*) o reconhecimento de que o recorrido só faria jus a ser indenizado após hipotético reconhecimento do seu direito autoral persista a utilização da vinheta e a conclusão de improvimento do agravo de instrumento pelo acórdão recorrido (e-STJ fl. 68).

Da análise do processo, constata-se que o Tribunal de origem, ao julgar os embargos de declaração interpostos pela recorrente, foi omissa quanto aos referidos argumentos. Verifica-se que as questões foram objeto de devida insurgência tanto nas razões do agravo de instrumento, quanto nas razões dos embargos declaratórios interpostos.

Assim, impõe-se a cassação do acórdão que apreciou os declaratórios, a fim de que este se pronuncie, na esteira do devido processo legal, acerca dos pontos elencados.

Forte nessas razões, torno sem efeito a decisão de e-STJ fl. 233/235, DOU PROVIMENTO ao recurso especial, com fundamento no art. 932, III e V, a, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, para: a) anular o acórdão que julgou os embargos de declaração interpostos pela recorrente; e b) determinar a remessa dos autos ao TJ/RJ, a fim de que este se pronuncie, na esteira do devido processo legal, sobre os argumentos elencados nos embargos de declaração opostos ao acórdão recorrido (e-STJ fl. 44/48).

Por conseguinte, tenho por prejudicada a análise das demais matérias insertas no recurso especial e dos embargos de declaração de e-STJ fls. 238/241.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

